

TRF-4 e dados fazem "update" de Lula 1 e 2

Por Angela Bittencourt

Com a economia em expansão superior a 1% em 2017, garantia de herança estatística calculada pelo Goldman Sachs em 1,24% para 2018, quando o PIB deve avançar de 3% a 4%, inflação em torno de 4%, juro real de 2,5% e déficit primário em considerável queda, o Brasil já não é um trem desgovernado.

Fique atento.

O julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na quarta-feira, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, pode ser mais que um acerto de conta com o passado. Esse julgamento pode vir a atualizar o valor monetário e eleitoral que os brasileiros deram aos governos Lula 1 e Lula 2.

Temer foca Davos e toma decisões sobre Eletrobras e Petrobras

O julgamento do recurso impetrado pela defesa de Lula contra a sentença de condenação a nove anos e seis meses de prisão, por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, ocorre no exato momento de consolidação de indicadores econômicos e financeiros que não exibem a economia num "ponto ótimo", mas em pontos relevantes alcançados no

primeiro mandato do ex-presidente (2003-2006).

Naquele momento, o Brasil embicava para a rota do crescimento, melhor distribuição de renda e redução da desigualdade. Mais que bandeira partidária, esses três objetivos mobilizaram o governo e elevaram Lula à categoria de celebridade internacional até surgirem as primeiras denúncias da Operação Lava-Jato.

Na semana passada, 2019 entrou de vez no sistema semanal de projeções da pesquisa Focus e a inflação estimada para aquele ano ficou em 4,25% - cravada na meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que, reunido no fim de junho de 2017, manteve em 4,5% a meta para 2018, cortou a 4,25% a de 2019 e fixou em 4% a meta de 2020. O ano de 2010 foi o último ano em que a projeção de economistas do mercado para a inflação no início do ano foi coincidente com a meta estipulada pelo governo.

Por força de pesada recessão e queda igualmente importante nos preços dos alimentos, no ano passado a inflação caiu abaixo do centro da meta, o que levou Ilan Goldfajn, presidente do BC, a enviar uma carta ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, explicando as razões do desvio da inflação, o que em nada perturbou o titular da

Fazenda.

Meirelles é uma das autoridades que merecem monitoramento exclusivo nesta semana de julgamento do recurso de Lula. A depender do resultado da votação dos três desembargadores que compõem a 8ª Turma do TRF-4, o ministro da Fazenda pode crescer no cenário eleitoral.

O titular da Fazenda tem suas próprias ambições políticas desde sempre. Um banqueiro que com ele conviveu no sistema bancário nacional no início dos anos 90 contou à coluna, na semana passada, que disputar a Presidência da República já fazia parte do seu projeto de vida naquela época, há quase 30 anos. "Embora reservado na aparência, desprovido de carisma e simpático só com muito esforço, Meirelles é generoso e vê o poder como instrumento para melhorar a qualidade de vida de mais gente a um só tempo", diz nosso interlocutor.

Meirelles mantém o discurso: está 100% focado na Fazenda. Pensará em candidatura a presidente do Brasil no momento certo. De março para abril certamente, prazo final para afastar-se do cargo no Executivo. Há não muito tempo, Meirelles admitiu que poderia concorrer como vice-presidente. Essa possibilidade não deve ser esquecida nas próximas semanas.





O portfólio de decisões exibido pelo próprio Meirelles hoje é mais modesto do que poderia. Ele cita com orgulho explícito a instituição - aprovada pelo Congresso como emenda à Constituição - do teto de gastos para o setor público. A medida é inovadora e mudará a futuro das contas públicas no país, crê o ministro.

Nos últimos dias, o presidente Michel Temer, que estará no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, nesta semana, tomou decisões relevantes com Meirelles e o ministro do Planejamento Dyogo Oliveira. Estabeleceram uma agenda de prioridades e cercaram riscos. Comprometeram-se diretamente com três instituições que muito interessam aos investidores em Brasil. Quando não para objeto de negócio, ao menos pela sinalização que as intenções do governo revelam.

Esse é o caso do afastamento de vice-presidentes da Caixa Econômica Federal, que atuavam em benefício próprio, e da mudança do estatuto da instituição que saiu da esfera de decisão da Presidência da

República, o que deve diminuir a ingerência política na instituição.

O governo também tomou decisões acerca da Eletrobras e da Petrobras, duas gigantes que vêm patrocinando animação na bolsa brasileira, a B3.

No ano passado, o governo anunciou a privatização da Eletrobras, holding do setor elétrico. Depois de muito adiamento, na sexta-feira, o governo decidiu enviar ao Congresso um projeto de lei com sua proposta de privatização. O documento foi apresentado no "Diário Oficial da União", que agora é publicado em versão eletrônica. O governo também anunciou a formação de uma comissão técnica para discutir detalhes do que será a futura operação.

Nesta segunda-feira, o mercado acionário deverá, de fato, reagir à proposta da União, que terá uma "golden share" para, entre outros poderes, proteger o modelo de corporação e garantir a indicação de um membro do conselho de administração.

O governo publicou também uma portaria instituindo uma comissão interministerial que será responsável pela conclusão dos termos da renegociação do contrato da "cessão onerosa" entre Petrobras e União. A "cessão onerosa" refere-se a um acordo firmado em 2010 e que garantiu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de óleo equivalente em seis blocos do pré-sal na Bacia de Santos.

André Ramalho, do Valor, explica que o assunto mexe com os ânimos dos dois lados. Para a Petrobras, a negociação (dos volumes descobertos além dos 5 bilhões previstos no contrato da cessão onerosa) significa a possibilidade de aumentar as suas reservas de petróleo no pré-sal, enquanto o governo tem planos de leiloar parte dos excedentes da cessão onerosa e, assim, arrecadar bônus de assinatura pelas áreas.

Angela Bittencourt é jornalista e escreve às segundas-feiras.

E - m a i l :
angela.bittencourt@valor.com.br

Gasto com juro real no ano passado atingiu R\$ 203,1 bi

Por Fabio Graner | De Brasília

Os gastos com juros considerados para o cálculo da "regra de ouro" somaram R\$ 203,11 bilhões em 2017, segundo dados do Tesouro Nacional informados ao Valor. Houve ligeira queda em relação aos últimos dois anos, mas o montante ainda ficou bem acima dos níveis verificados de 2010 e 2014, cuja média foi de R\$ 139,8 bilhões.

Os juros são despesas correntes que em tese não podem ser cobertos por emissão da dívida, conforme norma constitucional. Para fins de cálculo da "regra de ouro", o Tesouro considera o gasto com o serviço da dívida descontando a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

A definição desse critério de uso do juro real para os cálculos da "regra de ouro", segundo o órgão informou, está prevista nos artigos 5º e 29º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determinam a atualização do principal da dívida pública por algum índice de preços. "Isso implica que os juros registrados estão apartados da inflação, isto é, são juros reais", diz o Tesouro.

Ao descontar a inflação, a conta de juros ficou nos últimos três anos mais de R\$ 100 bilhões menor que

a despesa nominal dessa rubrica divulgada pelo Banco Central. Em 2016, por exemplo, o governo central teve gastos de R\$ 318,4 bilhões, enquanto, para efeito da "regra de ouro", a conta foi de R\$ 204,9 bilhões. No acumulado em 12 meses até novembro deste ano, a conta de juros calculada pelo BC era de R\$ 342,8 bilhões.

As apurações do Tesouro e do BC, além da diferença dada pela inflação, também estão relacionadas a fatores de ordem contábil. O BC faz a apuração pelo critério "abaixo da linha", que considera a variação no endividamento da União e regime de competência, enquanto o Tesouro considera o regime de caixa e o sistema "acima da linha", que apura receitas e despesas.

Apesar de o uso do juro real reduzir o tamanho da carga considerada na apuração das despesas correntes, a queda da inflação é um fator que acaba sendo negativo para o governo. Isso porque a inflação é aplicada sobre o principal dos títulos e depois o resultado é descontado do juro contratado. Nos papéis pré-fixados já emitidos isso significa que a carga de juros real pode subir, afetando o resultado total negativamente para o governo. Assim, o encargo financeiro é o mesmo, mas relativamente a um período de inflação mais alta pode ter havido alta na despesa.

Segundo José Roberto Afonso, o especialista em contas públicas do Ibre-FGV, o problema é que "nem sempre é fácil definir o que é inflação, como no caso dos papéis pré-fixados". "Quando a inflação era muito alta e oscilante, dava enorme diferença medir a inflação já realizada versus a esperada em determinada data. Aí se carregava na mão no que era correção monetária, correção cambial, atribuindo sempre o máximo possível como despesa de capital, e não como juros correntes, o que ajudava a cumprir a regra de ouro", diz.

Segundo Afonso, o sistema de apuração do Tesouro poderia ser de competência e não de caixa. "Melhor seria usar regime de competência, como nas demais despesas. Tanto dá para calcular, que o BC sempre fez assim."

O cumprimento da "regra de ouro" é a maior dificuldade que o governo tem que equacionar após anos de elevados déficits fiscais. A situação de 2018 só será resolvida porque o Ministério da Fazenda ganhou a queda de braço com o BNDES, forçando o banco a aceitar devolver R\$ 130 bilhões ao Tesouro Nacional, o que deve ocorrer no segundo semestre.

O déficit primário abaixo do esperado em 2017 também ajudará no cumprimento do dispositivo, já que permitirá que fontes de receita





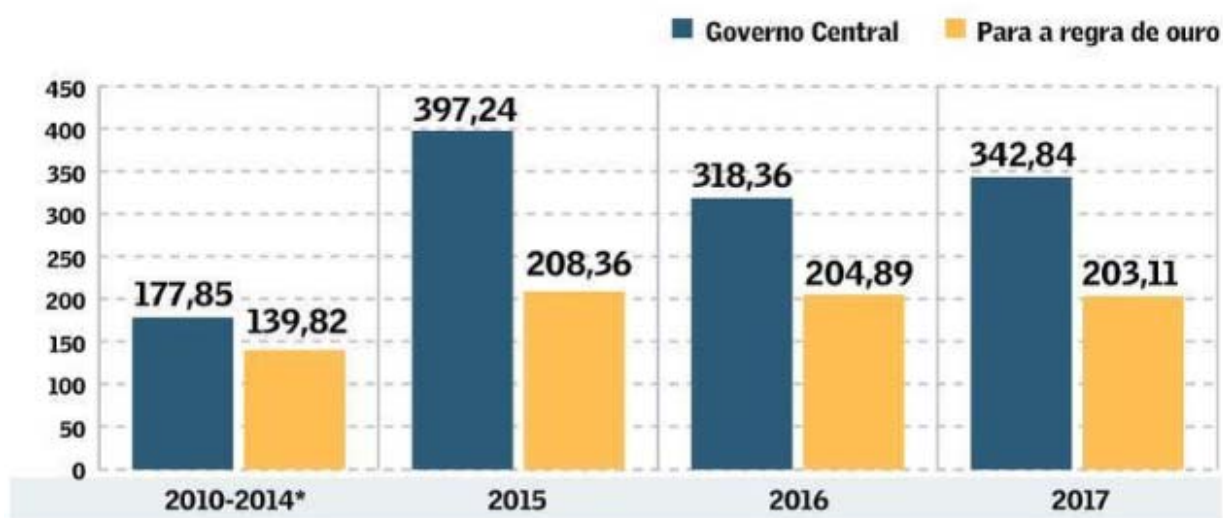
antigas possam ser contabilizadas como de capital.

A queda do juro básico, que hoje em termos reais está perto de 3%, também tende pressionar menos as contas governamentais, ao reduzir a

conta prevista para este ano, ainda que isso possa ser mitigado pelo efeito paradoxal sobre os papéis pré-fixados. O Tesouro, contudo, não informou a estimativa dessa despesa para 2018.

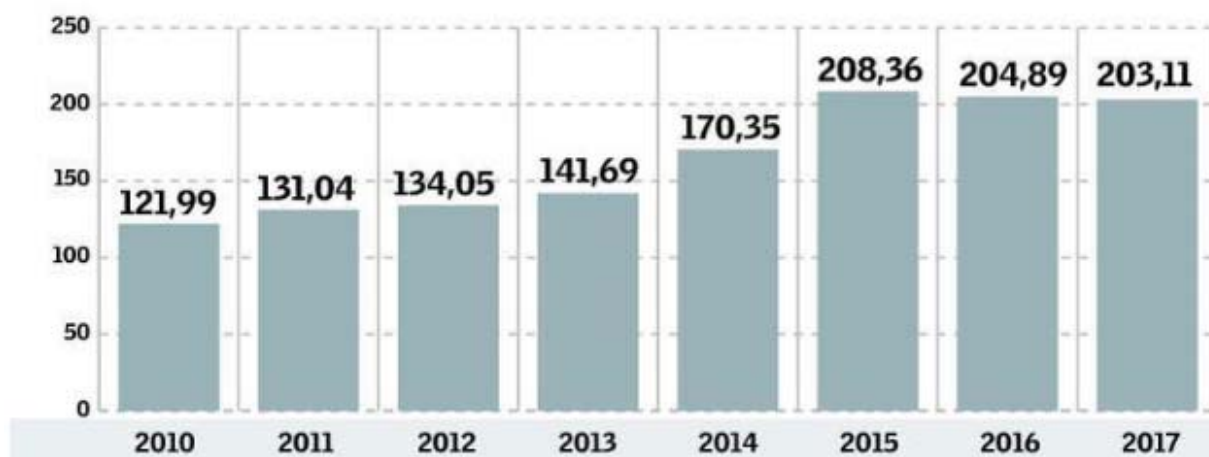
Gasto do Tesouro com juro real

Juro real obtido pelo governo, em R\$ bilhões



Juros reais pagos

No fechamento do ano, em R\$ bilhões



Fontes: Codiv (Siafi), Tesouro e Banco Central

Déficit do governo central em 2017 fica R\$ 41,5 bi abaixo da meta, projeta banco

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) ficou em R\$ 117,5 bilhões no ano passado, de acordo com estimativa do economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves. O valor encontrado pelo economista é R\$ 41,5 bilhões menor do que a meta fiscal definida para 2017, de R\$ 159 bilhões. O Tesouro deverá divulgar os dados fiscais oficiais até o fim deste mês.

O melhor resultado do ano passado decorreu, basicamente, do aumento de R\$ 28 bilhões na arrecadação não administrada pela Receita Federal, na comparação com 2016, afirmou o economista. O item inclui receitas com royalties, dividendos das estatais, concessões de serviços públicos, incluindo a área de petróleo, entre outros. Em 2017, a receita não administrada atingiu R\$ 165,7 bilhões, ante R\$ 137 bilhões no ano anterior. "O aumento dessa receita explica o resultado primário obtido", disse Gonçalves.

O economista manifestou surpresa com relação à arrecadação da Previdência Social que, pelos seus cálculos, aumentou 4,5%, na comparação com 2016. A variação

foi, portanto, maior do que a inflação de 2,95% do ano passado, mostrando um crescimento real. A retomada da economia já permitiu uma recuperação da receita de tributos federais, que, pela estimativa de Gonçalves, subiu 2,3%, em termos nominais, na comparação com o ano anterior.

Os cálculos de Gonçalves mostram um aumento de apenas 1,5% nas despesas totais da União no ano passado, na comparação com 2016, ficando, portanto, abaixo da inflação. A queda real foi garantida, principalmente, pela redução de 17,3% nos chamados gastos discricionários (aqueles que o governo pode cortar). "Foi um corte muito forte", disse o economista.

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram reduzidos em 38,7%, na comparação com o ano anterior, e os gastos do programa Minha Casa, Minha Vida caíram mais ainda, 70,3%.

As despesas da Previdência Social continuam crescendo acima da inflação. Em 2017, elas subiram 9,2%, em termos nominais, na comparação com o ano anterior. Os gastos com o funcionalismo público aumentaram 9,7%, refletindo o

reajuste salarial que foi concedido aos servidores dos três Poderes.

O cenário básico do economista para o resultado fiscal em 2018 não é tão favorável quanto o verificado em 2017. "Nós achamos que o déficit primário ficará mesmo em torno da meta, de R\$ 159 bilhões", disse.

Gonçalves acha que a arrecadação de tributos federais vai continuar melhorando, impulsionada pelo crescimento de 3% da economia previsto para este ano, mas ele tem sérias dúvidas sobre o que acontecerá com a receita não administrada. "Se ela não ficar próxima da registrada no ano passado, alcançar a meta fiscal vai ficar apertado", afirmou.

O economista está preocupado também com um eventual efeito negativo que a reforma trabalhista terá sobre a arrecadação da Previdência. A receita previdenciária poderá ser impactada também, disse Gonçalves, se o aumento da ocupação ocorrer mais com atividades por conta própria, do que pela criação de vagas com carteira assinada. Para ele, ao cumprir o teto de gastos neste ano, o governo garantirá a meta fiscal.

País mostra fragilidade em todas as métricas fiscais

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

A situação delicada das contas públicas brasileiras se torna evidente por qualquer indicador fiscal que se considere. Hoje, o que ainda chama mais a atenção dos analistas é a trajetória da dívida bruta como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que saltou de 51,5% no fim de 2013 para 74,4% em novembro do ano passado. Uma outra medida, a que desconta as reservas internacionais do endividamento bruto, mostra um percentual de fato bem mais baixo, de 55,6% do PIB, mas a tendência também tem sido de alta forte - há quatro anos, a relação estava em 36,3% do PIB.

O resultado primário e o nominal das contas públicas também retratam um quadro delicado. O primário (que exclui gastos com juros) só deve voltar ao azul no começo da próxima década, enquanto o nominal (que inclui despesas financeiras) está na casa de 8% do PIB.

O diretor de pesquisa da América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, vê um quadro fiscal grave, evidenciado justamente pelo tamanho e a trajetória da dívida e a magnitude dos déficits brasileiros. Para ele, o endividamento bruto é o conceito mais relevante, por englobar o conjunto dos passivos governamentais. Ramos considera

preocupante não apenas a tendência da dívida bruta, hoje em trajetória insustentável de crescimento, mas o próprio nível atual. A média desse indicador nos países emergentes ficou em 48,4% do PIB no ano passado, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem abaixo dos quase 75% do PIB do Brasil.

"O Brasil precisaria baixar a dívida, mas elas está ficando cada vez maior", observa ele, que projeta um número de 77% do PIB neste ano e superior a 80% do PIB em 2020. A devolução de R\$ 130 bilhões do BNDES para o Tesouro esperada para este ano ajuda a conter o crescimento no curto prazo, mas não muda a tendência de alta, destaca Ramos.

O diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Gabriel Leal de Barros, destaca que vários indicadores de endividamento mostram trajetória de alta. Além das duas métricas já mencionadas, tem aumentado a dívida líquida do setor público consolidado, indicador que, além das reservas, também abate outros ativos do governo, como créditos junto ao BNDES. Esse conceito, que era de 30,5% do PIB no fim de dezembro, atingiu 51,1% do PIB em novembro do ano passado. No fim de 2016, tinha sido de 46,2% do PIB.

Barros nota que essa piora nas

medidas de endividamento ocorre mesmo num cenário em que o governo conseguiu R\$ 62,2 bilhões em receitas extraordinárias de janeiro a novembro do ano passado e derrubou as despesas discricionárias (aquelas sobre as quais o governo tem mais controle), em especial o investimento. O déficit primário do governo central de 2017, tudo indica, foi menor do que a meta de R\$ 159 bilhões, mas as diversas métricas da dívida seguem em deterioração, apesar do resultado de curto prazo um pouco melhor do que o esperado, diz Barros. "O problema estrutural continua e precisa ser enfrentado."

Ramos observa que o ajuste até o momento é insuficiente e de qualidade muito ruim. Houve alguma elevação de impostos e os cortes de despesas se concentraram nos investimentos. "O país gasta muito com despesas correntes e investe muito pouco", resume ele, destacando o problema da falta de flexibilidade orçamentária, com crescimento forte dos gastos obrigatórios.

O ideal seria enfrentar o problema atacando a rigidez do orçamento pelo lado das despesas, mas a resistência a cortes de gastos no país deve exigir também uma elevação de tributos, segundo ele. A reforma da Previdência é uma das medidas necessárias, mas nem de longe suficientes para resolver o imbróglio fiscal.





O economista do Goldman Sachs diz ainda que o déficit nominal segue muito elevado, prevendo um rombo superior a 8% do PIB neste ano - na média dos emergentes, esse buraco deve ficar em 4,2% do PIB em 2018, estima o FMI.

Nas contas dos analistas, o país só deve voltar a ter um resultado primário no azul no começo da próxima década. Com isso, a dívida vai demorar a se estabilizar em relação ao PIB, o que, na visão de Ramos, é insuficiente. O país precisaria reduzir o nível de endividamento, insiste ele. Pelas estimativas dos especialistas em contas públicas, o Brasil precisa sair de um déficit primário na casa de 2,5% do PIB para um superávit de 2% a 2,5% do PIB para estabilizar o endividamento bruto. Se o objetivo for fazê-lo declinar, o superávit terá que ser maior, que Ramos calcula na casa de 3% a 3,5% do PIB.

Esses números fiscais ajudam a entender a decisão da agência de Standard & Poor's de rebaixar a nota de crédito do Brasil na semana passada, num cenário em que há resistência no Congresso para aprovar a reforma da Previdência.

Economistas esperam 'respiro' em 2018, mas cenário exige reformas

Por Estevão Taiar | De São Paulo

A evolução da dívida bruta em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) deve ter um pequeno 'respiro' e ficar estável, ou crescer apenas ligeiramente em 2018, depois de quatro anos seguidos de intensas altas. Ainda assim, a situação das contas públicas continua preocupante e vai se agravar caso reformas estruturais, como a da Previdência Social, não sejam realizadas, dizem economistas.

"A dinâmica da dívida melhorou muito neste ano, mas isso não significa que ganhamos o jogo", afirma Rafael Ihara, economista da Ethica Asset Management.

Em função do grande desequilíbrio fiscal, a relação entre a dívida bruta e o PIB saltou de 51,5% para 74,4% entre os meses de dezembro de 2013 e novembro de 2017 (último dado disponível do ano passado), o que acabou levando

as principais agências de classificação de risco a rebaixarem mais de uma vez o rating do Brasil.

Agora, diversos fatores devem fazer com que essa relação, pelo menos até o fim de dezembro, fique mais estável. Um deles é a devolução de R\$ 130 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional.

Embora essa devolução não tenha ainda sido realizada e sofra resistência do corpo técnico do BNDES, "não há dúvida" de que ela acontecerá, disse recentemente ao Valor o diretor da área financeira e internacional do banco, Carlos Thadeu de Freitas. Só essa quantia já seria praticamente suficiente para compensar o déficit primário, cuja meta é de R\$ 159 bilhões, mas cujo resultado pode ser menor do que isso.

Outros fatores que devem dar a sua parcela de ajuda para que a

relação dívida/PIB fique estável é o crescimento mais forte do PIB e a manutenção dos juros básicos no menor patamar histórico. "É mais crescimento, menos juros e um primário melhor", afirma Ihara, para quem, no curto prazo, "as coisas estão indo na direção correta".

Nos cálculos de Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, a relação dívida/PIB deve subir de 74,7% no fim de 2017 para 75,3% no fim do ano que vem. Para um outro economista, que preferiu não se identificar, mas que acompanha de perto as contas públicas, a relação deve saltar para 77,3% - ainda assim, uma elevação menor do que a registrada em qualquer momento deste o fim de 2013.

"Mas ainda temos um problema estrutural, que você só resolve com reformas. Sem a reforma da Previdência Social, tudo isso é passageiro", diz Schneider.

Indústria teme que tarifa afete produção

Por Rafael Bitencourt | De Brasília



Santana, ex-diretor da Aneel e hoje na Abrace: "A economia brasileira não se sustenta com o modelo que temos hoje".

Grandes consumidores de energia elétrica voltaram a reivindicar em janeiro um corte mais expressivo nas despesas repassadas todos os anos às contas de luz por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em carta enviada no início do mês à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Abrace - entidade que reúne grandes grupos como Alcoa, Ambev, Braskem, CSN, Dow Chemical e Gerdau - alega que a alta nas tarifas provocada pelo inchaço no fundo setorial "pressiona os custos do setor produtivo".

O orçamento de 2018 da CDE, aprovado em dezembro, fechou com despesas de R\$ 16 bilhões. Com receita limitada, o déficit ficou em R\$ 13 bilhões, a ser cobrado dos consumidores. A Abrace defende que ainda há espaço para enxugar custos no setor. Questionada pelo

Valor, a associação informou que existe um montante de quase R\$ 5 bilhões em despesas que poderia ser reduzido se submetido a auditorias mais rigorosas. A carta protocolada na Aneel sugere a criação de um "plano de redução estrutural" das despesas da CDE.

O corte de gastos defendido pela Abrace envolve, por exemplo, o ajuste na contabilização do estoque de carvão mineral cuja compra destinada à geração de energia é incentivada pelo governo. Outro ponto de contestação é o reembolso de despesas de distribuidoras do Norte com o despacho de térmicas nos sistemas isolados. A associação argumenta que, além das empresas Amazonas Energia, Ceron e Eletroacre serem devedoras do fundo setorial, conforme indicou a fiscalização da própria agência reguladora, o volume de gás natural reconhecido como despesa não condiz com a energia entregue pelas térmicas da região.

Em paralelo às queixas apresentadas pela indústria, a representação nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) começa a investigar se está havendo repasses indiscriminados de despesas da CDE às contas de luz. O presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia, informou ao Valor que, se a suspeita for confirmada, a entidade ingressará com ação judicial para suspender a

transferência de custos para as tarifas.

"Já determinei que fosse feito um estudo no âmbito do conselho federal da OAB, a partir da comissão de defesa do consumidor, para entendermos os motivos desses valores estarem sendo colocados. A sociedade tem que saber por que está pagando essa conta", disse Lamachia. Segundo ele, as análises devem ser concluídas no prazo de até 60 dias.

Em resposta às críticas e reclamações, a Aneel tem alegado que o repasse de custos para os consumidores ocorre por imposição legal. Mas, em contrapartida, assegura que busca aperfeiçoar o controle dos fluxos financeiros do fundo que aprova anualmente.

No ofício à Aneel, a entidade também solicitou que R\$ 1 bilhão cobrado - como "restos a pagar" do orçamento de 2017 - dos consumidores fosse suspenso por não ter sido discutido com o setor. O pedido foi negado. "Auditamos tudo que é relacionado à CDE, e 'restos a pagar' ficou de fora porque não foi levado à audiência pública. Embora não tenha acatado nosso pedido, a agência se comprometeu a voltar atrás se algo estiver errado", disse o presidente da Abrace e ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana.

Para demonstrar que o orçamento deve ser revisado, a





Abrace alertou a Aneel que é preciso deduzir o custo de operação da Termelétrica Aparecida, no Amazonas, referente ao período de julho de 2016 a abril de 2017. A usina esteve indisponível nesse prazo, sem gerar energia elétrica, relatou.

Santana avalia que o fim das distorções no preço da energia é, para a indústria, tão importante quanto a revisão das regras do setor prometida pelo governo. "A economia brasileira não se sustenta com o modelo que temos hoje", disse. Ele comentou que o setor produtivo olha com desconfiança a formação do custo da energia, quando se observa a sinalização de bandeira verde e preços reduzidos no mercado de curto prazo ao mesmo tempo em que o nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste está próximo de 40%.

Ipsis Litteris

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um encargo setorial que possui diversos objetivos. O site da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) destaca alguns desses objetivos: promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis - CCC); pagar indenizações de concessões; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

A Aneel explica em seu site que os recursos são arrecadados através de quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final, por meio de encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão, os pagamentos anuais realizados pelos concessionários e autorizados a título de Uso de Bem Público - UBP, as multas aplicadas pela Aneel e a transferência de recursos da União. A regulamentação da CDE compete ao Ministério de Minas e Energia e a movimentação financeira à CCEE. Compete à Aneel a fixação da quota anual da CDE, que deve corresponder à diferença entre necessidade total de recursos da conta e arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

Privatizações incertas

Analistas veem risco de que leilões com receitas previstas de R\$ 17 bi no Orçamento não saiam este ano

Manoel Ventura

-Brasília- O calendário apertado, em meio às eleições presidenciais, o grande número de projetos e a complexidade de algumas propostas devem atrapalhar os planos do governo do presidente Michel Temer de concluir, ainda neste ano, parte significativa dos projetos de concessões e privatizações, uma das bandeiras da atual gestão. Sem eles, o governo corre o risco de perder receitas de, ao menos, R\$ 17,1 bilhões, segundo valores listados no Orçamento. As concessões são consideradas fundamentais para fechar as contas públicas este ano e impulsionar investimentos.

Segundo analistas, os projetos que enfrentam mais entraves incluem a privatização da Eletrobras, responsável, sozinha, por uma receita estimada de R\$ 12,2 bilhões; a concessão de 13 aeroportos, que poderia render ao menos R\$ 3,7 bilhões aos cofres públicos; a da Loteria Instantânea (Lotex, a "raspadinha"), com valor previsto de R\$ 958 milhões; e a de ferrovias, com R\$ 274 milhões. Os números constam do detalhamento do Orçamento deste ano, que estabeleceu como meta que o rombo não pode ultrapassar R\$ 159 bilhões.

Para especialistas, a carteira de projetos tem potencial para atrair uma gama variada de investidores estratégicos e financeiros. O problema é cumprir o cronograma, ainda mais num ano de eleições. O governo reconhece que é um "desafio" mas garante que vai finalizar tudo este ano. A privatização da Eletrobras, por exemplo, enfrenta forte resistência política, principalmente nas bancadas do Nordeste e de Minas Gerais. O presidente Michel Temer, porém, decidiu enviar o projeto de lei ao Congresso hoje. A medida deve funcionar como uma sinalização positiva a investidores no Fórum Econômico Mundial, em Davos.

Para o advogado Fernando Vernalha, sócio do escritório VG&P, a maior parte dos projetos é complexa, de longo prazo e requer tempo de preparação.

— Não sabemos o quanto evoluído o governo está em relação a muitos projetos. A estrutura de concessões é limitada, apesar de muito boa, mas é uma equipe pequena. Existe um receio de que o governo não consiga colocar na praça todos esses projetos — disse Vernalha.

RISCO ELEITORAL NAS CONCESSÕES

Caso o governo conseguisse levar adiante a concessão à iniciativa privada dos 75 projetos previstos no

total, poderia atrair R\$ 132,7 bilhões em investimentos.

A principal dúvida no mercado é com relação aos leilões de ferrovias, mesmo após o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), ter afirmado recentemente que esse modal será prioridade para o governo este ano.

A União pretende fazer ao menos três leilões de ferrovias em 2018: o da Norte-Sul, entre Tocantins e São Paulo; o da Ferrogrão, entre Mato Grosso e Pará; e o da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), entre Tocantins e Bahia. Além disso, há renovações antecipadas de concessões existentes em troca de mais investimentos. Apesar das demonstrações de interesse do mercado, principalmente na Norte-Sul, analistas apontam a complexidade do modelo das licitações e a falta de um marco regulatório consolidado como entraves.

— As ferrovias não têm um passado de sucesso. O setor é sempre uma dúvida. O governo da ex-presidente Dilma Rousseff já teve esse mesmo tipo de manifestação em prol das ferrovias. É uma pauta conhecida, os governos estão se sucedendo e não estão colocando os projetos de pé. Tem toda uma





R\$ 12,2 bi

É o valor previsto no Orçamento deste ano com a privatização da Eletrobras, que enfrenta forte resistência política

R\$ 3,7 bi

É a estimativa de arrecadação com os leilões de aeroportos marcados para este ano

R\$ 159 bi

É o valor previsto para o rombo nas contas públicas do país este ano. As concessões são consideradas fundamentais para que o país consiga cumprir a meta fiscal

8

É o total de trechos de rodovias que o governo pretende licitar neste ano. Três delas passam pelo Rio. Nestes casos, não há pagamento ao governo

70

É o total de ativos que já foram leiloados no país desde que o governo lançou o Programa de Parcerias de Investimentos

questão de marco regulatório e de como o mercado se adapta — disse Renato Kloss, sócio do setor de infraes-estrutura do Siqueira Castro Advogados.

A ideia inicial do governo era conceder, já em fevereiro, o trecho da Norte-Sul, mas só após a conclusão das obras pela Valec. A construção está atrasada, e o edital deve ser alterado para que o novo concessionário assuma o restante do empreendimento. Com isso, abre-se espaço para que a licitação ocorra ainda neste ano.

O caso da Ferrogrão é mais complexo, porque é um projeto novo e com investimentos na faixa dos R\$ 12 bilhões. Segundo o governo, empresas chinesas já teriam demonstrado interesse.

O governo programou para este ano o leilão de 13 aeroportos, como os de Macaé, Maceió e Recife, entre outros, e a participação acionária da Infraero em outros quatro aeroportos já concedidos (Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos). Depois do sucesso na última licitação, a equipe econômica programa uma modelagem em que os projetos serão oferecidos em blocos. Dessa forma, aeroportos deficitários seriam leiloados junto com terminais lucrativos. Foi a forma encontrada de não deixar a Infraero apenas com prejuízos.

— É desafiador fazer neste ano

essas concessões, até de aeroportos. Muito vai depender do ambiente político em meados do ano. Se tiver um viés de continuidade, as coisas acontecerão mais rápido. Se tiver um viés contrário, é natural que se coloque o pé no freio — afirmou Pablo Sorj, sócio do escritório Mattos Filho.

Há incerteza sobre como será o modelo da compra dos 49% da Infraero nos aeroportos já concedidos e o que acontecerá com a estatal — que acumula sucessivos rombos. Quando a venda foi anunciada, o Ministério dos Transportes informou que a operação poderia render até R\$ 8 bilhões. Os recursos ficariam com a estatal.

— A Infraero pertence hoje a partido político. Tem que se discutir o modelo e o papel da empresa, porque também não pode botar na mão dela um bando de aeroportos deficitários e ela precisar ser socorrida pelo Tesouro — disse Claudio Frisch-tak, presidente da Inter.B Consultoria.

No caso das rodovias — nas quais não há pagamento ao governo, e os leilões são feitos pelo critério de menor tarifa de pedágio — o Executivo prometeu a licitação de oito trechos (com três passando pelo Rio) até o fim do ano. Há dúvidas sobre a qualidade e a capacidade de retorno.





— São trechos rodoviários muito longos, com análises demoradas, e os problemas nas concessões já feitas não foram totalmente solucionados — avaliou Frischtak.

Na lista, estão estudos para uma licitação da Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio a São Paulo. Apesar de o atual contrato de concessão (da CCR) vencer só em 2021, a intenção é fazer uma transição "suave" para a futura concessionária.

Também está no cronograma do governo a concessão da Lotex, da "raspadinha" da Caixa. O processo está no Tribunal de Contas da União (TCU). O prazo do contrato já foi reduzido de 25 para 15 anos, para atrair mais interessados. Mesmo assim, a licitação, que foi prometida para dezembro passado, deve ser realizada só no segundo semestre. O governo também toca um estudo para a privatização da Casa da Moeda, mas não há modelo definido.

"É QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA"

O secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos — responsável pelas concessões —, Adalberto Santos de Vasconcelos, garante que será possível cumprir o cronograma e diz que, dos 145 empreendimentos previstos no programa, 70 ativos já foram leiloados. Para ele, o calendário eleitoral não atrapalha, já que se tratam de investimentos de longo prazo: — É desafiadora a meta, mas o trabalho que a gente vem executando ao longo desses 19 meses do programa nos credencia a afirmar que é possível concluir esses projetos. Não é uma questão de meta de governo, é uma questão de sobrevivência do país. Não há crescimento no país de forma sustentável sem investimento em infraestrutura.